



**A ATUALIDADE DO PENSAMENTO ECONÓMICO DE
LUÍS AUGUSTO REBELO DA SILVA**

PEDRO MANUEL LUÍS DE FREITAS

**Professor Adjunto da Escola Superior de Gestão e Tecnologia
de Santarém**

Vale de Santarém, 22 de setembro de 2012

ÍNDICE

INTRODUÇÃO _____ 3

1. BREVE BIOGRAFIA DE LUÍS AUGUSTO REBELO DA SILVA _____ 5

2. O PENSAMENTO ECONÓMICO DE LUÍS AUGUSTO REBELO DA SILVA _____ 6

2.1. NACIONALISMO E ANTI-IBERISMO _____ 6

2.2. A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA _____ 9

2.3. O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE PORTUGAL _____ 11

CONCLUSÃO _____ 14

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Portugal encontra-se em crise e a confiança dos portugueses no futuro está em níveis muito baixos. A União Europeia vive atualmente uma crise, que para muitos analistas económicos poderá por em causa a existência desta organização. No Mundo o primado do económico coloca em causa os grandes valores humanos e no entender de muitas pessoas não existem grandes estadistas como outrora.

Em 1877 Bulhão Pato escreveu em “Sob os Ciprestes” que nessa época em Portugal não existiam grandes oradores como antigamente. Num capítulo deste livro procurou lembrar um grande orador português – Luís Augusto Rebelo da Silva.



Este liberal português através das suas ideias e da sua ação procurou no séc. XIX contribuir para o progresso de Portugal. Preocupou-se com grandes questões do seu tempo, tais como:

- 1- O Nacionalismo e o Anti-Iberismo
- 2- A Reforma da Administração Pública
- 3- O Desenvolvimento Económico e Social de Portugal

Estas questões continuam hoje presentes. Concordo inteiramente com o Dr. Arménio Gomes que Rebelo da Silva é um autor muito atual.

Saúdo a ideia do Dr. Arménio Gomes em lembrar Rebelo da Silva, quando passam 190 anos sobre o nascimento deste estadista português, cujo nome também está ligado ao Vale de Santarém, onde possuía a Quinta das “Rebelas”, que herdou do seu pai. Almeida Garrett pernitoou na casa de Rebelo da Silva e aí segundo a tradição popular imaginou nas “Viagens na Minha Terra” a história de Joanhina, “a menina dos rouxinóis”.

Louvo a ideia da Junta de Freguesia de Vale de Santarém em conceder prémios aos melhores alunos da freguesia e ligar estes prémios ao nome de Rebelo da Silva, que, como iremos ver, também se preocupou com a instrução pública.

É objetivo desta conferência demonstrar a atualidade do pensamento económico de Luís Augusto Rebelo da Silva. Como é que ele defendeu os seus ideais de nacionalismo e anti-iberismo, reforma da administração pública, desenvolvimento económico e social de Portugal?

São questões que irei procurar responder ao longo desta comunicação, tendo como base documental os artigos que escreveu em revistas e jornais, os livros que elaborou, bem como os discursos que fez no Parlamento, quer como deputado, quer como par do reino.

1. BREVE BIOGRAFIA DE LUÍS AUGUSTO REBELO DA SILVA



Luís Augusto Rebelo da Silva nasceu em Lisboa, a 2 de abril de 1822. Era filho do magistrado e deputado parlamentar Luís António Rebelo da Silva e de Ana Joaquina da Conceição de Lima Rebelo da Silva.

Em 1840 matriculou-se na Universidade de Coimbra, em Filosofia, tendo em 1841 abandonado o curso sem ter feito um exame.

Antes, em 1838, tinha-se feito sócio da Sociedade Escolástico-Filomática, associação cultural lisboeta, onde começou a exercitar os seus dotes na oratória e escrita. Aí conheceu Andrade Corvo e Almeida Garrett. Em 1842 conheceu na Biblioteca da Ajuda Alexandre Herculano, que aí desempenhava funções de bibliotecário. Este ensinou-lhe latim, as técnicas documentais, bem como de romancista e historiador. Entre 1841 e 1842 escreveu na “Revista Universal Lisbonense”, onde conheceu António Feliciano de Castilho. Em 1848 fundou com Andrade Corvo a revista “A Época”, onde escreveu até 1849, procurando despertar os portugueses para a instrução e para a necessidade de desenvolver o País.

Em 1847 entrou para o Parlamento como deputado. Desempenhou esta função primeiro pelo partido cartista e depois pelo partido histórico. Não tendo sido eleito em Dezembro de 1852, só regressaria ao Parlamento em 1856. Em 1862 foi nomeado par do reino, tendo tomado posse em 1863, o que o levou nessa altura a renunciar ao cargo de deputado. Manteve-se na Câmara dos Pares até à sua morte em 1871.

Em 1859 ingressou no Conselho Superior de Instrução Pública, tendo sido convidado por D. Pedro V para professor do recém-criado Curso Superior de Letras de Lisboa,

após a recusa de Alexandre Herculano. Herculano influenciou a escolha do rei. Regeu a cadeira de História Universal e Pátria, bem como temporariamente, em 1862-63 a de Literaturas Modernas, face à doença que impossibilitou Lopes de Mendonça. Nesta instituição, onde desempenhou funções até à sua morte, exerceu ainda os cargos de bibliotecário e secretário, bem como de diretor.

Em 1858 D. Pedro V havia-lhe encomendado a escrita da “História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII” para refutar cientificamente a propaganda que defendia a União Ibérica. Esta obra, que começou a escrever em 1860, tem 5 volumes e deve ter ficado inacabada pois fica-se por 1640.

A Academia Real das Ciências de Lisboa, de que era membro desde 1844 e sócio efetivo desde 1854, devido ao seu interesse pela agricultura confiou-lhe em 1868 a escrita da “Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865”, obra essa que se ficou também por 1640, devido à sua morte. Esta instituição já o havia incumbido de continuar a escrever “O Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal“, começado pelo Visconde de Santarém.

Em 1869 foi chamado pelo chefe do governo Duque de Loulé para Ministro da Marinha e do Ultramar, cargo que desempenhou até à revolução de 1870, feita pelo Duque de Saldanha.

Viveu os seus últimos tempos em Lisboa e na sua quinta do Vale de Santarém. Viria a falecer a 19 de setembro de 1871, vítima de ataque cardíaco, com apenas 49 anos, porém intensamente vividos.

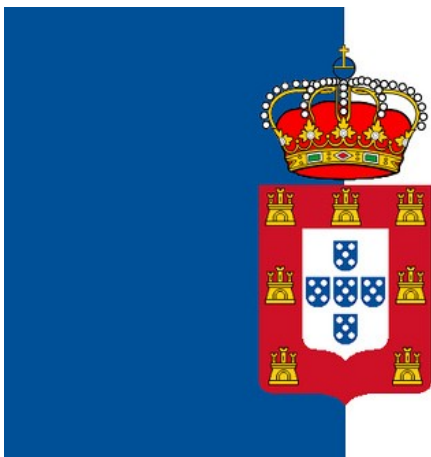
2. O PENSAMENTO ECONÓMICO DE LUÍS AUGUSTO REBELO DA SILVA

2.1. NACIONALISMO E ANTI-IBERISMO

A 2ª metade do séc. XIX em Portugal caracteriza-se por um lento crescimento económico. O crescimento populacional supera-o. Diversos liberais, portugueses e espanhóis, defenderam a União Ibérica. Esta união pacífica seria a forma de Portugal e Espanha conseguirem acompanhar a Europa desenvolvida.

Sinibaldo de Mas, publicista espanhol, a partir de 1851, procurou em Portugal alimentar esta ideia. Defendeu a constituição de uma federação ibérica, com uma boa rede de

caminhos de ferro que permitiria a ligação à Europa, o que conduziria ao desenvolvimento das exportações.



Para refutar esta tese Rebelo da Silva no jornal “A Imprensa” defendeu o princípio das nacionalidades, então em voga, por contraposição à teoria das federações. Através da História demonstrou que Portugal em 1580 com a União Ibérica em vez de se fortalecer, até enfraqueceu. Essa decadência não foi só económica, foi também moral. A federação não evitaria a subordinação de Portugal, como corpo político mais fraco, aos interesses de Espanha. Portugal não estava assim tão enfraquecido para buscar fora de si a sua tábua de salvação. O fomento económico havia de ser conseguido por grandes homens portugueses, à semelhança do que aconteceu nos Descobrimentos e na Restauração da Independência em 1640.

Face ao crescimento da propaganda ibérica, em 1858, o Estado Português encomendou a Rebelo da Silva a escrita da “História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII”. O objetivo era provar de uma forma científica que no passado Portugal tinha sido prejudicado pela União Ibérica. Nesta obra Rebelo da Silva foi buscar ao passado uma arma para utilizar no presente, desenvolvendo argumentos que tinha lançado quando atacou a pretensão de Sinibaldo de Mas.



Em 1861 a propaganda ibérica procurou concretizar o casamento de D. Pedro V com D. Isabel II de Espanha. A resposta foi em 25 agosto desse ano a formação da Comissão Central das Comemorações do 1^a de Dezembro de 1640. Esta associação teve como membros, entre outros, Rebelo da Silva e Alexandre Herculano. Os seus objetivos eram tornar memorável a data do 1^o de dezembro de 1640, através da comemoração deste dia e a construção de um monumento aos restauradores da independência nacional em 1640. Este monumento, cuja primeira pedra foi colocada em 1875, viria a ser inaugurado em 1886.

Em 1868 e 1869 espanhóis, quer da realeza, quer dos republicanos, propuseram a reis e a políticos portugueses a União Ibérica. Na Câmara dos Pares em 1869 Rebelo da Silva condenou o governo fusionista de Sá da Bandeira e do Duque de Viseu por não ter rebatido os argumentos do espanhol Emílio Castelar, que convidava os portugueses a deporem D. Luís, para se formar uma República Ibérica. Para Rebelo da Silva esta afronta à nacionalidade merecia ter tido uma resposta do governo. Tal como em 1580 o governo estava decadente economicamente e moralmente e à semelhança de 1640 a solução para Portugal teria que passar pelos grandes homens portugueses. Esta intervenção no Parlamento contribuiu para dias mais tarde Rebelo da Silva ter sido chamado pelo novo chefe de governo, o Duque de Loulé, para a pasta da Marinha e do Ultramar.

2.2. A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Rebello da Silva defendeu a reforma da administração pública tendo como base a descentralização. Entendia que a restauração económica e social de Portugal teria que passar pela afirmação do poder local como princípio corretor das distorções provocadas pelo centralismo. O poder central deveria abdicar de pelouros em favor do poder local. O País deveria ser governado pelo próprio País, pelo que se tornava indispensável revitalizar os municípios. Os municípios seriam responsáveis pelo desenvolvimento do País, o que seria uma barreira contra a União Ibérica, que na 2ª metade do séc. XIX tinha defensores em Portugal e em Espanha.

Os concelhos tinham-se desenvolvido na época medieval, em que os nossos reis se apoiaram no povo, para retirar poder ao clero e à nobreza, daí a importância que Rebello da Silva dá ao Terceiro Estado nas suas obras, o que é comum aos homens do liberalismo. A autonomia dos municípios foi gradualmente ao longo da Época Moderna diminuída pelo absolutismo. Com os Descobrimentos os reis ganharam poder e operaram uma centralização crescente, virando as costas ao povo. Para Rebello da Silva esta situação teria sido a responsável pela decadência do País que conduziria ao domínio filipino.



O desenvolvimento de Portugal na 2ª metade do séc. XIX teria que passar pelas instituições municipais. Os concelhos procuravam ir ao encontro das necessidades dos seus habitantes. Rebelo da Silva, tal como Alexandre Herculano, defendeu que as eleições para a Câmara dos Deputados deveriam contemplar o âmbito local, daí defenderem uma reforma do sistema eleitoral baseada na criação de círculos uninominais, que aproximaria os eleitores dos eleitos. Esta ideia viria a ser consagrada na lei de 23 de novembro de 1859.

Para Rebelo da Silva a participação na vida política deveria assentar na riqueza (voto censitário), que garantiria a independência e a capacidade para exercer direitos políticos. Rebelo da Silva é a voz dos médios proprietários, interessados em tomar parte na voz ativa do País.

Rebelo da Silva, acérrimo defensor dos pequenos círculos eleitorais, diz que eles por si só não resolverão os problemas do país. O problema central era a falta de instrução popular, que impedia o desenvolvimento da cidadania. Daí Rebelo da Silva se ter preocupado com a reforma do ensino, tendo escrito manuais de economia política, economia rural, bem como economia industrial e comercial, para as escolas populares criadas pela lei de 27 de julho de 1866. Estas escolas visavam responder às necessidades do concelho ou paróquia de acordo com as suas características rurais ou industriais. Rebelo da Silva, já havia defendido, em 1848, no jornal “A Época” a criação de escolas primárias sustentadas pela riqueza dos habitantes dos municípios, em que o ensino também contemplava a agricultura, à semelhança do que se fazia na Inglaterra. Estas escolas eram sustentadas pelos municípios e promoviam o desenvolvimento local. Aliás, na sua opinião a reforma da administração deveria ser baseada nos concelhos economicamente viáveis.

Na Administração Central também defendeu a descentralização dos ministérios. Este raciocínio também contribuiu para a criação do Ministério das Obras Publicas, Comércio e Indústria, em 1852. O poder central também deveria abdicar de pelouros em favor do poder local. Racionalizavam-se melhor os problemas nacionais e poupavam-se os dinheiros públicos.

A descentralização com base nas potencialidades locais e na economia de meios também esteve subjacente na reforma administrativa do Ultramar, empreendida por Rebelo da Silva entre 1869 e 1870, quando foi Ministro da Marinha e do Ultramar.

2.3. O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE PORTUGAL

Em Portugal na 2ª metade do séc. XIX o crescimento demográfico é maior que a criação de riqueza, daí o desenvolvimento da emigração. Rebelo da Silva tem a conta a teoria de Malthus, mas considera que Portugal não está condenado.



Com a 2ª metade do séc. XIX em Portugal dá-se a Regeneração, que traz a estabilidade política. O Fontismo permite a construção de uma rede ferroviária, que liga Portugal à Europa desenvolvida do seu tempo, permitindo a exportação de produtos agrícolas. A pauta alfandegária de 1852 diminuiu as taxas permitindo o desenvolvimento do comércio entre Portugal e o estrangeiro. Rebelo da Silva defende as ideias económicas de David Ricardo, em que cada país deve especializar-se na produção que consiga fazer

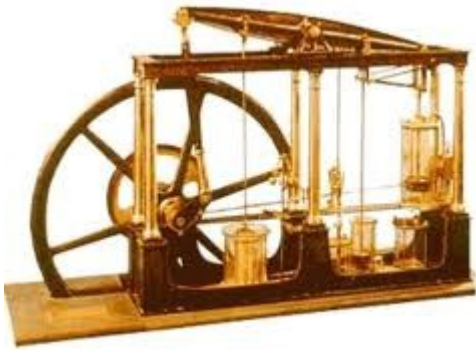
a custos mais baixos e importar os outros produtos.



Rebello da Silva, quanto à 1ª metade do séc. XIX, elogia a legislação de Mouzinho da Silveira e as medidas tomadas por Joaquim António de Aguiar, que permitiram o dismantelamento de estruturas económicas e sociais do Antigo Regime e o conseqüente triunfo do liberalismo económico. Com a extinção de muitos morgadios e capelas, bem como a nacionalização dos bens das ordens religiosas masculinas, muitas terras puderam ser vendidas. A extinção dos forais e dos dízimos traduziu-se por uma significativa redução dos encargos que pesavam sobre a produção. A extinção da sisa sobre os bens móveis e a redução sobre a dos bens imóveis desenvolveu o comércio. A área cultivada aumentou e passou-se cada vez mais a produzir para o mercado. A terra foi cada vez mais olhada em função do lucro e não da renda.

Ao longo da 2ª metade do séc. XIX a utilização de máquinas agrícolas e de adubos químicos começou a progredir em algumas regiões, nomeadamente Ribatejo e Alentejo. A contabilidade rural começou a desenvolver-se. As escolas agrícolas foram nascendo. Congressos agrícolas, concursos e exposições foram-se realizando.

Rebello da Silva considera, contudo, que continuam a pesar sobre a agricultura significativos entraves, tais como o minifúndio no norte e o latifúndio no sul, a falta de irrigação, a dificuldade no acesso ao crédito e a falta de associativismo entre os agricultores.



Na indústria defende a liberdade na produção e no comércio, daí a condenação das corporações de artes e ofícios, nascidas na Idade Média e só extintas em 1834.

Contudo, tendo em conta o atraso industrial de Portugal em relação ao estrangeiro, defende a proteção transitória à indústria portuguesa. Criadas as condições para o desenvolvimento das indústrias mais aptas poder-se-ia então liberalizar o mercado.

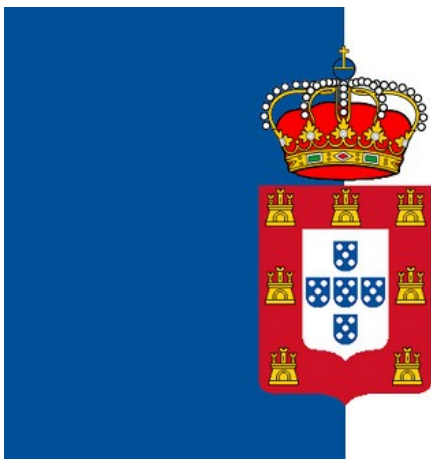
Para Rebelo da Silva o crescimento da indústria portuguesa passava, sobretudo, pelo fomento do crédito, facilidade de importação de máquinas e matérias-primas, instrução da mão de obra, eficácia dos transportes e vias de comunicação.

CONCLUSÃO

Face à crise que atualmente a União Europeia atravessa crescem os defensores de uma união política europeia, que poderia ser concretizada através de uma federação. Perante a crise em que Portugal se encontra é defendida a realização de reformas estruturais, sendo uma das mais importantes a da administração pública. Há também quem cada vez mais defenda “o regresso à terra”, através do desenvolvimento da agricultura.



Rebelo da Silva abordou essas questões no contexto dos grandes desafios que Portugal atravessava perante a Europa Oitocentista. Estamos perante um autor cujo pensamento económico permanece atual.



Rebelo da Silva rejeitou a concretização de uma União Ibérica, que era dito pelos seus adeptos, que permitiria aos países ibéricos ombrear com a Europa desenvolvida do seu tempo. Para este autor Portugal em 1580 não se fortaleceu, até se enfraqueceu. Rejeitava também a União Ibérica sob a forma de uma federação, pois Portugal sendo um território pequeno teria que se subordinar aos interesses da Espanha. Portugal teria que

encontrar a solução entre os portugueses, como aconteceu com os Descobrimentos e com a Restauração da Independência Nacional em 1640.



A reforma da administração pública através da descentralização permitiria a revitalização do municipalismo. Os concelhos seriam responsáveis pelo desenvolvimento de Portugal, o que impediria a tentação da União Ibérica. O poder central deveria promover a descentralização entregando pelouros ao poder local, fazendo assim uma racionalização de meios humanos e materiais. Rebelo da Silva propôs também a reforma do sistema eleitoral, baseada numa política de proximidade, ideia que viria a ter concretização com a criação de círculos uninominais com a lei de 23 de novembro de 1859, que marcaria o sistema eleitoral português da 2ª metade do século XIX. O País seria governado pelo País, os eleitos estariam próximos dos eleitores, conheceriam os seus problemas e procurariam resolvê-los.



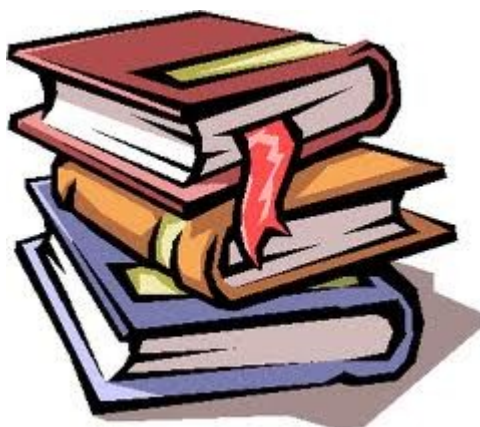
Para Rebelo da Silva a via para atingir o desenvolvimento económico e social de Portugal seria o estabelecimento de laços comerciais com a Europa desenvolvida, através da ligação por caminho de ferro, que permitiria a exportação de produtos agrícolas.



A criação de riqueza também passaria pelo desenvolvimento da indústria, que face ao seu atraso perante o estrangeiro, necessitaria temporariamente de uma proteção.

Para se concretizar o desenvolvimento económico e social de Portugal defendia, ainda, condições essenciais, a saber: a instrução pública, o fomento do crédito, o associativismo que se poderia concretizar através do cooperativismo, a irrigação agrícola.

BIBLIOGRAFIA



FONTES

- *Diário da Câmara dos Deputados*, Lisboa, 1847 - 1863
- *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Lisboa, 1863 - 1871
- *A Época*, Lisboa, 1848-1849, 2 tomos
- *A Imprensa*, Lisboa, 1852 - 1853
- *Revista Militar*, Lisboa, nº8, Julho de 1849, págs. 434 - 440
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da,
Compêndio de Economia Industrial e Comercial para uso das Escolas Populares criadas pela Lei de 27 de Junho de 1866, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868
Compêndio de Economia Política para uso das Escolas Populares criadas pela Lei de 27 de Junho de 1866, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883
Compêndio de Economia Rural para uso das Escolas Populares criadas pela Lei de 27 de Junho de 1866, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868
História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII, Organização de Borges de Macedo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, 5 tomos
Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865. Parte I (1097 – 1640), Lisboa, Imprensa Nacional, 1868

Relatórios do Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1870, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1969

- SINIBALDO DE MAS, *A Ibéria: memória sobre a conveniência da união pacífica e Legal de Portugal e Espanha*, 3ª edição, Lisboa, Tipografia do Progresso, 1855

DICIONÁRIOS

- CARDOSO, José Luís (Coord.), *Dicionário Histórico dos Economistas Portugueses*, Lisboa, Temas e Debates, 2001

- MÓNICA, Maria Filomena (Coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834 – 1910)*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2004 – 2005, 5 vols.

- SERRÃO, Joel & BARRETO, António; MÓNICA & Maria Filomena (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1963 - 1971, vol. I - VI, vols. VII – IX, 1999 - 2001

- SILVA, Inocêncio Francisco da & ARANHA, Brito, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858 – 1923, 22 vols.

ESTUDOS

- BEIRANTE, Cândido, *Descentralização – Municipalismo e Cooperativismo. De Herculano a Sérgio*, Lisboa, Vega, 1978

- COSTA, Leonor Freire & LAINS, Pedro & MIRANDA, Susana Munch, *História Económica de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011

- FREITAS, Pedro Manuel Luís de,

“ Rebelo da Silva, Discípulo de Herculano e Professor do Curso Superior de Letras de Lisboa “, in *Alexandre Herculano – Liberalismo e Romantismo*, Actas do Colóquio 12 – 14 de Setembro de 1997, Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém, 1999, págs.121 – 134

“ Nacionalismo e Liberdade. As ideias económicas do liberal Luís Augusto Rebelo da Silva, Lisboa, *Vértice*, nº 61, Julho – Agosto 1994, págs.31 - 35

O Pensamento Económico de Rebelo da Silva, Coimbra, Faculdade de Letras,1993 (dissertação de mestrado, policopiada)

- MANIQUE, António Pedro, “ Alexandre Herculano e a Problemática Eleitoral – A «Eleição de Campanário » “, in *Alexandre Herculano – Liberalismo e Romantismo*, Actas do Colóquio 12 – 14 de Setembro de 1997, Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém, 1999, págs.41 – 56

- MORENO, Humberto Baquero, *Os Municípios Portugueses dos Séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Presença, 1986

- OLIVEIRA, César (Dir.), *História do Municipalismo e do Poder Local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996

- PAIXÃO, Victor Manuel Braga, *O Historiador Rebelo da Silva – Ministro da Marinha e do Ultramar*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970

- PATO, Bulhão, *Sob os Ciprestes. Vida Íntima de Homens Ilustres*, Org. de Vítor Wladimiro Ferreira, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1986

- PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1983

- QUARESMA, Sérgio, *A «Regeneração» - Economia e Sociedade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988

- RAMOS, Rui (Coord.) , *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009

- REIS, António Matos, *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991

- SARAIVA, António José, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977

- *Visão História*, Lisboa, nº 15 (“ As Crises do Capitalismo. O que podemos aprender com o que se passou nos últimos 200 anos “), Março de 2012

.

